A "Guerra do Juazeiro" de 1914 em duas Versões Historiográficas Opostas

Marcelo Camurça*

Resumo do Trabalho

Este artigo pretende analisar duas obras clássicas da historiografia política cearense, produzidas por dois autores que se consagraram como intelectuais reconhecidos no seu tempo: Rodolpho Teóphilo e Irineu Pinheiro. As duas obras se debruçaram sobre o mesmo fato histórico: a guerra do Juazeiro de 1914. Este evento foi um movimento sedicioso deflagrado pelas oligarquias decaídas lideradas pelo comendador Nogueira Acioly. Através do padre Cícero, então prefeito do Juazeiro e aliado deste grupo oligárquico na zona do Cariri, angariou a adesão das massas populares romeiras desta região e logrou conflagrar o Ceará no início da década de 1910, conduzindo a uma ruptura dramática na conjuntura política da época, com a derrubada do governo eleito em 1912 do Ten. Cel. Franco Rabelo. Como os dois autores produziram interpretações diametralmente opostas desse episódio, o exercício analítico que se propõe no texto, é uma análise comparativa das duas obras. E através desta análise, realizar uma hermenêutica mais contemporânea para detectar as condições de produção destes textos, o lugar de onde foram produzidos e os interesses socio-políticos que expressaram.

Palavras chave: Historiografia cearense, Rodolpho Teóphilo, Irineu Pinheiro, Guerra do Juazeiro, 1914

Introdução

Este texto busca se debruçar sobre como a historiografia clássica cearense procurou analisar um dos episódios mais dramáticos da história

* Professor Titular, aposentado do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor visitante no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UECE em 2018. Bolsista do CNPQ 02.

política do estado. Tratarei de examinar como dois intelectuais e historiadores bastante reconhecidos na literatura histórico-antropológica a partir dos anos 1920 enfocaram a conflagração que revolveu o Ceará. Episódio este, que eclodiu no Juazeiro no final de 1913 se estendendo até o início de 1914 e colocou em confronto as oligarquias políticas regionais[1] com a adesão de setores populares do sertão e da capital, Fortaleza, ambos presentes nas facções em conflito. Foi conhecida como a "guerra de 1914" no Ceará.

Proponho realizar aqui, uma análise comparada das obras "A sedição do Joazeiro" de Rodolpho Teophilo e "O Joaseiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914" de Irineu Pinheiro. Versões diametralmente opostas para este evento histórico da chamada "revolta do Juazeiro de 1914" que tirou do poder o Presidente eleito do Estado do Ceará[2], o Ten. Cel. do Exército Nacional, Marcos Franco Rabelo.

Antes de iniciar a análise, passo a uma sucinta biografia dos dois autores e o lugar de onde falam. Rodolpho Theophilo (1893-1932) era baiano, radicado no Ceará. Intelectual, farmacêutico e professor de Ciências Naturais na Escola Normal em Fortaleza, romancista, poeta e historiador. Foi abolicionista e militante da campanha de vacinação contra a varíola, época em que entrou em conflito com a oligarquia dominante do Ceará do comendador Nogueira Acioly, e a partir daí foi perseguido e se tornou seu opositor. Irineu Pinheiro (1881-1954) era cearense do Crato, médico,

[1] Foram estes os grupos políticos em conflagração: Aciolistas, partidários do Comendador Nogueira Acioly que governou o Ceará de 1872 a 1912 e foi derrubado por uma insurreição popular em Fortaleza. A oligarquia tinha apóio dos grandes latifundiários, chefes políticos das zonas rurais do Ceará, concentrando-se na zona sul do Estado, o Cariri. Rabelistas, partidários do Cel. Franco Rabelo, candidato da oposição liberal ao governo estadual. Rabelo que se elegeu governador em 1912, em um processo eleitoral após a insurreição que afastou do poder o oligarca Acioly. O governo Rabelo tinha o apoio das camadas médias e oligarquias dissidentes concentradas nas zonas urbanas e também dos setores populares da capital do Estado, Fortaleza. Os "Marretas", grupo ligado inicialmente à oligarquia Acioly, mas que após sua queda se articulam diretamente com o governo central de Hermes da Fonseca, na pessoa do Senador Pinheiro Machado e do Partido Conservador Republicano (PRC). Os "Marretas" sustentam desde as eleições de 1912 oposição própria à candidatura Rabelo, e depois de sua eleição voltam a compor-se com os Aciolistas para tramar a deposição do governador Rabelo através do levante do Juazeiro. Após a tomada do poder em março de 1914 e eleição do novo governador Cel. Benjamin Barroso, Marretas e Aciolistas voltam a cindir-se em facções opostas, em julho de 1914.

[2] Na República Velha se chamava de Presidente de Estado, o cargo de dirigente estadual que depois da "revolução de 1930" até a atualidade passou a ser chamado de governador.

escritor e jornalista, produziu obras sobre a história da região como "O Cariri" (1950) e a obra póstuma "Efemérides do Cariri" (1960). Segundo o *brazilianist* Ralph Della Cava, Pinheiro como "parente próximo" do chefe político aciolista, o Cel. Antonio Luiz Alves Pequeno, na sua obra assume o ponto de vista da família. Escreveu, segundo Della Cava, uma obra que funcionou mais como uma "hagiografia" do Coronel e seus correligionários e por outro lado uma "demonologia" dos adversários rabelistas (1977:205, nota 78).

Ambos os autores foram contemporâneos dos episódios da conflagração de 1914, observadores visuais de eventos cruciais quando entrevistaram seus personagens centrais. Rodolpho Theóphilo acompanhou o desenrolar dos acontecimentos em Fortaleza; assistiu a ocupação da capital pelo batalhão de jagunços de Floro Bartolomeu (1922: 202-246), esteve com o interventor Cel. Setembrino de Carvalho (1922: 105), com personagens da oposição "marreta" como o deputado Gentil Falcão, (1922: 38) ou com o Dr. José Lino da Justa, (1922:74); assim como do governo rabelista, como Frota Pessoa, (1922:95). Teve sua propriedade em Pajuçara saqueada no avanço das tropas do Cariri (1922:146-150). Irineu Pinheiro, por sua vez, observou o evento a partir do Crato e em seguida deslocou-se para o Juazeiro sitiado pelas tropas estaduais do governo Rabelo, onde ficou até 15 dezembro de 1913 às vésperas do ataque das forças estaduais. Observou as prédicas do Padre Cícero nos momentos que antecederam a tentativa de invasão do Juazeiro (1938:53-55), a construção das trincheiras pela população, também chamadas de valados ou "círculo da Mãe das Dores" (1938:56-57), parlamentou com o chefe sedicioso Dr. Floro Bartolomeu (1938:53), com este e o Padre Cícero (1938:121), com o Cel. Pedro Silvino (1938: 64) com o Cel. Antonio Luiz após a tomada do Crato (1938:93). Entrevistou também, os chefes jagunços Zé Pinheiro e Manoel da Chiquinha neste mesmo evento (1938:121-122).

A obra de Rodolpho Theóphilo cobre o período de julho de 1912 com a posse de Franco Rabelo no governo do Ceará até agosto de 1914 com a cisão política entre os vencedores da revolta do Juazeiro, aciolistas e marretas. A obra de Irineu Pinheiro narra os acontecimentos a partir da eclosão da revolta em dezembro de 1913 até fevereiro de 1914 com a derrota das tropas rabelistas em Miguel Calmon e a morte do capitão J. da Penha. Embora tenha feito remissões anteriores, como a posse o Mal. Hermes em 1910 (e até a sociedade caririense do século XIX) e posteriores

como a deposição de Franco Rabelo em março de 1914 ou a divisão nas hostes vencedoras em agosto do mesmo ano.

Minha intenção neste trabalho é considerar apenas o período onde as duas obras se superpõem - ou seja, o período da sublevação no Juazeiro e a marcha de suas tropas até a capital com a deposição do governo adversário, que cobre o interregno de dezembro de 1913 a julho de 1914 - para cotejar as distintas/antagônicas versões dos mesmos fatos.

Rodolpho Theóphilo interpreta o evento como "um caso mórbido de sociologia determinado pelo poder público" (1922:06) E vê no seu livro--denúncia uma função pedagógico-cívica para que as "gerações futuras" tenham "melhor educação cívica" e "mais sã moral" impedindo que tais fatos se repitam (1922:07).

Irineu Pinheiro afirma que o motivo da escrita do livro seria evitar que "fatos da vida política do Ceará" do "sul do Estado" fossem "esquecidos ou deturpados pela tradição oral". Através de um tom mais neutro e acadêmico - em relação a Rodolpho Theóphilo que assume o caráter de militante da sua obra, mesmo na probabilidade de "ser taxado de falso (...) parcial", "pelos que ensangüentaram esta infeliz terra" o que reputa ser uma "injustiça" (1922:06) - Irineu Pinheiro promete narrar os fatos "com a máxima fidelidade" e transcrever "documentos inéditos do arquivo deixado pelo padre Cícero" (1938:06). De fato, ele apresenta uma seção de notas: telegramas, atas e cartas de grande valor para futuras pesquisas das ciências históricas e sociais (1938:151-240). Ele vê a função do seu livro como "modesto subsídio para aqueles que no futuro empreenderem o estudo dos fenômenos da História do Ceará" (1922:06). No entanto, da mesma forma que Rodolpho Theophilo numa direção oposta, sua visão é totalmente comprometida com um dos lados da contenda.

O livro de Rodolpho Theóphilo foi publicado em 1922, embora sua introdução esteja datada como 1915, logo indicando que foi escrito um ano após o acontecido. O livro de Irineu Pinheiro é de 1938, guardando mais distância dos acontecimentos. Embora escrito posteriormente ao de Rodolpho Theophilo, encontrei nele apenas duas referências ao registro pioneiro de "A Sedição do Juazeiro" (1938: 63,87). Numa delas comenta que foi "pura lenda" a análise de Theophilo sobre o auxílio do governo federal aos revoltosos. Afirma que isso se deveu ao fato do livro de Theophilo ter sido escrito no "calor do braseiro" pouco "alongado da serena imparcialidade que deve presidir as narrativas históricas" (1938:87). Com

isso Pinheiro parece sugerir que sua obra possui o distanciamento historiográfico ao passo que a de Theophilo é parcial. No entanto no próprio livro ele se trai sobre sua crítica à afirmação de Theophilo de que o apoio do governo federal ao golpe foi "pura lenda" quando afirma mais à frente que a "rebelião, empresa de deposição do Cel. Franco seria aventurosa", se não contasse "com o amparo do governo da União" (1938:33).

a. Interpretações divergentes sobre o levante do Juazeiro e a deposição do governo Rabelo

A explicação proposta por Irineu Pinheiro para a queda de Rabelo é que este possuía "reduzida visão política" que o levou a "dois gravísssimos erros": "rompeu na esfera federal com o PRC chefiado pelo general Pinheiro Machado e, no Estado, com o Padre Cícero Romão Baptista, a quem obedeciam extensas massas sertanejas" (1938:09). Explicação pragmática, para quem acerto político é manter-se sempre alinhado com os esquemas de poder (hierárquico ou religioso).

Theophilo também menciona o suposto "grande erro político" de Rabelo em formar na chamada "Coligação do Norte" (estados do Nordeste) liderada pelo General Dantas Barreto, presidente de Pernambuco, contra as pretensões de Pinheiro Machado manter seu domínio na política nacional. Mas para ele o erro não foi de política, mas de não ter cedido à "politicagem". Na verdade, para Theophilo, a atitude do governador Rabelo foi uma "lição de civismo e de independência aos grandes e poderosos Estados do Brasil" (1938: 34).

Com relação ao "erro político" de ter provocado o Padre Cícero e seus romeiros, sugerido por Pinheiro, Theophilo reconhece este antagonismo à pessoa do padre e seus adeptos por parte de Rabelo, e justifica a beligerância na campanha que o governante moveu contra estes, como parte da "repressão ao banditismo". Esta se deu particularmente no "sul do Estado, na zona do Cariry (...) entregue a bandidos da peor espécie a serviço dos chefes políticos (aciolistas)" (1922:27). Registra o envio de uma força policial de 200 homens ao Cariri que ficou sediada no Crato (1922: 28) e que "autoridades policiaes e judiciárias apoiadas pelo governo" lograram que "chefes locaes e com prestígio político fo[ssem] processados e responde[ssem] a jury" (1922:29) e ainda que as "cadeias encheram-se de criminosos" (1922:29). Particularmente sobre o padre,

alcunhado por Theophilo de "dono e senhor de toda a zona do Cariry" e o Juazeiro "terra (...) onde eram freqüentes os attentados ao pudor os crimes de morte e os roubos", afirma que sua conduta era movida por um estilo "manhoso e precavido, ia contemporisando, sujeitando-se a certas exigências dos poderes públicos dentro dos seus domínios, á espera da ordem de ataque", do "momento oportuno para insurgir-se contra o governo do Estado" (1922:30)

No entanto, o insuspeito historiador *brazilianist* Ralph Della Cava, afirma que o combate ao banditismo pelo governo Rabelo na zona do Cariri funcionou mais como um pretexto para o envio à região de predomínio político aciolista, de batalhões de polícia comandados por oficiais leais ao governo estadual, no sentido de deporem do poder municipal os adversários políticos, coronéis aciolistas e marretas da região (1977:184-187). Sobre a imputação ao Padre Cícero ser um chefe político e ter poder de mando, comentarei a afirmação mais adiante.

Rodolpho Theóphilo recupera na sua obra, a trajetória histórica da trama urdida na capital federal, Rio de Janeiro, sob o comando de Pinheiro Machado, chefe do PRC, com as lideranças marretas/aciolistas (João Brígido, Aurélio de Lavor, a família Acioly e Floro Bartolomeu) que para lá seguiram para montar a conspiração visando a deposição do governo eleito de Franco Rabelo (1922: 34,35, 36-37, 44). Complementando, no seu livro, as informações de Theophilo sobre a conspiração planejada no Rio de Janeiro, o próprio Irineu Pinheiro acrescenta que esta eclodiria através de "um movimento armado cujo centro de irradiação seria Joaseiro" (1938:35).

Irineu Pinheiro registra também o "amparo do governo da União" à rebelião para "deposição do cel. Franco" e as "confabulações" do Dr. Floro no Rio com os "próceres do PRC" junto com os representantes do Ceará no Congresso Nacional, visando a consecução do plano (1938:33).

Ambos mencionam que anteriormente à conspiração no Rio de Janeiro, já teria havido "um plano de revolta contra o govêrno do Estado" que segundo Irineu Pinheiro "fracassara lamentavelmente" (1938:14). A adjetivação revela o partidarismo da análise do historiador. Ainda segundo Pinheiro, nesta primeira conspiração tomaram parte "políticos da oposição marretas" e "inferiores da fôrça policial" (1938:14). Rodolpho Theophilo é mais explícito nomeando o Capitão Polydoro Coelho como sendo o elemento transferido do Rio de Janeiro para sublevar o batalhão

militar em Fortaleza contra o governo estadual, plano, que, entretanto foi denunciado e abortado (1922: 46,47).

A diferença entre as duas análises está que em Rodolpho Theophilo os fatos são relatados como denúncia de golpe, da violação da legalidade institucional, e em Irineu Pinheiro como um recurso político aceitável, pois segundo ele, do ponto de vista da oligarquia decaída, sem uma "reação armada" "o ostracismo iria fatalmente aos poucos desagregando (...) reduzindo o número de adeptos, desprestigiando-lhe os elementos dirigentes" (1938: 32,32).

Além deste pragmatismo político embutido no argumento de Irineu Pinheiro para justificar a conspiração anti-Rabelo (quem fica fora do poder cai no "ostracismo"): outro do mesmo gênero se lhe acrescenta, que é o de que se perdeu o poder político é preciso recuperá-lo pela força. Além destes motivos mais superficiais, três outros mais de fundo podem ser depreendidos na análise de Irineu Pinheiro que explicariam a articulação golpista da oligarquia decaída visando à deposição do governo eleito em 1912.

b. Elenco de motivos para a deposição do governo Rabelo segundo Irineu Pinheiro e contestação destes argumentos em Rodolpho Theophilo

Como primeiro motivo, Pinheiro argumenta que o governo Rabelo foi "considerado ilegal pelos adversários políticos" (1938:35), pois "alegava-se não ter sido eleito o presidente pelo número de deputados exigido pela constituição do Estado" (1938: 35), "o reconheceram apenas 13 deputados" dos "16 número que exprimia a maioria absoluta imposta pela lei" (1938: 35). De fato, fruto de um acordo selado do governo eleito com a oligarquia decaída dos Acioly, a Assembléia Legislativa Estadual que correspondia ao governo passado se comprometeu chancelar o governador eleito. *No dia da votação um quorum inferior realmente homologou Rabelo sob uma Assembleia cercada pela população que temia que os deputados marretas (ex-aciolistas ligados ao PRC nacional de Pinheiro Machado) votassem contra sua confirmação no cargo (Della Cava, 1977:180)*.

Rodolpho Theophilo por sua vez, replica a justificativa de inconstitucionalidade do governo Rabelo como motivação para a rebelião, dizendo que "cerca de dois annos governou Franco Rabello (...) que se comunicava com todos os poderes da União (...). O Mal. Hermes [presidente da Repú-

blica] correspondia-se com Franco Rabelo, a quem chamou durante dois annos, em documento publico – Presidente do Ceará" (1922: 159-160). Ou seja, houve uma hipocrisia política da parte da oposição aciolista-marreta, pois ao longo de dois anos, não houve contestação à legitimidade do governo eleito por parte de todos os poderes públicos da União, apenas quando se quis buscar um pretexto para apeá-lo do poder, lembrou-se deste episódio do seu reconhecimento pela Assembleia Estadual.

Como segundo motivo, Pinheiro expõe o argumento da oposição aciolista-marreta que considerava a gestão Rabelo um "governo de prepotências", "arbitrário e violento" (1938:31), incapaz de conter "as violências dos seus amigos", de "evitar crimes (...) que lhe macularam o governo de modo irremediável" como os 'incêndios de fábrica de tecidos e de prédios pertencentes aos políticos decaídos" (1938: 36). Reputa que a "revolução" que mobilizou os chefes oposicionistas da oligarquia deposta, "era esperada havia tempos, graças à inabilidade do Cel. Franco Rabelo, aos processos violentos e anárquicos dos famosos chefetes rabelistas a cujas ordens se submetia passivamente" (1938:43) e "aos monstruosos atentados à vida e à propriedade dos adversários" (1938:43). Afirma que a revolta armada dos coronéis que saiu do Cariri para depor Rabelo em fins de 1913 foi uma reação a movimentos armados anteriores que depuseram Acioly do governo do estado e o Cel. Antonio Luiz da prefeitura do Crato, ambos em 1912 (1938: 43, 44).

Theophilo reconhece as depredações e incêndios às propriedades de Acioly e seus parentes em 1912 pelos "chefetes" das camadas populares de Fortaleza, simpatizantes de Franco Rabelo, contudo, isso de deu contra a vontade do partido rabelista que debalde tentou conter a violência (1922:16-17). Classifica o ato como "bárbaro e selvagem", mas o justifica, contra a avaliação "de certos moralistas", que "quem faz a revolução (...) são os proletários, os plebeus. Exigir da canalha actos de nobreza (...) virtudes que não foram cultivadas pela educação é um absurdo" (1922:17,18). Em seguida, faz uma analogia com a Revolução Francesa sobre a violência popular contra os palácios da nobreza (1922:18). Por fim sobre a responsabilidade de Rabelo na evitação dos incêndios e depredações afirma: "abrir luta (...) matar aquelles que o tinham escolhido para governo era absurdo. Se Rabello desse ordem para abafar o movimento seria desobedecido, a força publica ficaria do lado do povo e os desatinos seriam sem conta" (1922:21).

No entanto, o mesmo Rodolpho Theophilo quando for historiar o avanço das tropas dos jagunços dos coronéis do Cariri rumo à Fortaleza e condenar as agressões saques e depredações de propriedades de rabelistas promovidas por estes, vai sublinhar que estes são "bandidos sem comando e sem disciplina, [que] não obedeciam aos caudilhos, que julgavam eguaes a elles" (1922: 125). De um lado ameniza a falta de controle da cúpula rabelista sobre os excessos de seus apoiadores populares, mas por outro condena a falta de controle do comando aciolista-marreta sobre suas tropas de jagunços.

O terceiro motivo apresentado por Pinheiro para a sublevação do Juazeiro foi a atitude do governo Rabelo de "hostilizar o padre Cícero e as grandes massas populares que o seguiam" (1938:36). Apresenta como provas os telegramas do padre ao deputado José Acioly, filho do oligarca deposto (1938:35, nota 15) e depois ao próprio Presidente Rabelo (1938:36, nota 15) reclamando contra o que considerava, arbitrariedades dos delegados de polícia nomeados pelo Presidente, contra vereadores, cidadãos e desacatando ele próprio um dos vice-governadores do Estado[3], (1938:36)

Quanto a esta acusação de Pinheiro, Theophilo não só admite a hostilidade, como a justifica pelo fato de considerar o Pe. Cícero como o promotor do movimento sedicioso em Juazeiro (1922:37). Imputa ao padre ter iniciado as hostilidades contra o governo Rabelo (1922: 48,49,50), e que este era "senhor de muitos mil jagunços, possuidor de muitos mil fusis" (1922: 212). Enfim, que o próprio Pe. Cícero era "um jagunço" dentro do novo governo que se constituiu após a queda de Rabelo (1922: 231).

Eu já me pronunciei sobre este tema, rejeitando esta interpretação de Rodolpho Theophilo e de outros comentadores do episódio da "guerra de 1914" no meu livro (1994) e em trabalhos posteriores, como o que apresentei no III Simpósio do Padre Cícero (2004), e em outros simpósios acadêmicos (2014). Mas vale aqui breves comentários, antes de retomar a comparação das interpretações entre os dois autores.

Toda a documentação histórica demonstra que de fato, foram os líderes políticos aciolistas e marretas do PRC que tramaram no Rio de

[3] O padre, que era prefeito do Juazeiro desde 1911 e possuía afinidades políticas com o grupo aciolista do Cariri, do coronel Antonio Luiz, foi indicado para o cargo, no acordo de acomodação de forças rabelistas e aciolistas, após a vitória eleitoral de Rabelo em 1912. Em troca desta incorporação de nomes da oligarquia decaída na composição do governo eleito, os deputados da Assembleia Estadual de maioria aciolista referendariam o nome de Rabelo como presidente do Estado.

Janeiro, a conspiração e a rebelião, e também no Crato esta foi arranjada através das conversações do Cel. Antonio Luiz e Floro Bartolomeu (Pinheiro, 1938: 31). O padre Cícero foi gradualmente informado por telegramas da marcha dos acontecimentos, não sendo protagonista destas articulações. O próprio Floro assumiu posteriormente que foi "o chefe e único responsável pela revolução do Juazeiro" (1923: 89).

No livro de Irineu Pinheiro também podemos encontrar esta apreciação sobre o papel do padre no episódio da rebelião do Juazeiro, ao registrar de que foi Floro Bartholomeu "o chefe supremo da rebelião do Joaseiro combinada no Rio entre ele e os diretores do PRC (1938:14, nota 2)

Durante a conspiração no Rio, o padre, que estava no Juazeiro, buscou uma conciliação com o governo Rabelo, que tinha colocado uma força policial ostensiva na região. O fez, temendo um ataque contra a cidade. Esta atitude de pacificação, todavia comprometia os rumos da conspiração, sendo por isso advertido por Floro através de telegrama, desautorizando qualquer iniciativa contemporizadora como sendo uma composição com o inimigo (Camurça 1994: 227-228; Della Cava,1977:193). Pinheiro também menciona no seu livro, as notícias que chegaram aos conspiradores no Rio sobre a perspectiva de conciliação do Padre Cícero com Rabelo ante o perigo de intervenção na vila das tropas estaduais concentradas no Crato. Ele também registra na obra, o desmentido do padre sobre uma capitulação sua ao comando de Rabelo, mas também o alerta dele, Padre Cícero, ante o "perigo de revolução" que poderia advir pela presença das forças policiais estaduais na região (1938:34). Mas o que o padre não percebia, na sua ingenuidade política, que era que justamente uma "revolução" o que se estava tramando na capital federal, pela iniciativa de seus correligionários aciolistas e marretas sob o comando de Pinheiro Machado.

O padre por fim só aquiesceu quanto à necessidade de se estabelecer um enfrentamento, quando as tropas rabelistas cercaram o Juazeiro, e atrocidades foram cometidas contra romeiros na localidade Cerca de Pedras; assim como, devido à virulenta declaração do comandante Alipio Barros, das forças rabelistas, de que invadiria a vila e "poria fogo no covil" (Camurça, 2004:134).

Nas prédicas do Padre Cícero aos combatentes sitiados no Juazeiro, todavia prevalecia a mensagem da ética cristã e do não emprego da violência, salvo em situação de combate: "não bebam cachaça, não persigam de maneira nenhuma os fugitivos (...) não tirem o alheio (...) não procurem

destruir as casas e muito menos matar pessoas fora do combate", segundo a historiadora juazeirense Amália Xavier de Oliveira (1969: 166).

Durante a refrega, ele viveu situação aflitiva, conforme registro em Gomes de Mattos de que a Beata "mocinha" viu pelo buraco da fechadura o padre rezar fervorosamente e traçar no ar com as mãos um crucifixo em direção aos combates travados para a tomada do Crato (Mattos,1955:87). Irineu Pinheiro também registra os momentos de aflição do padre ante a invasão do Crato, em rezas e traçando o crucifixo em direção a cidade (1938:104).

Pinheiro, consigna as orientações do padre para que as tropas que atacaram ao Crato deixassem livres as estradas do Seminário e do Lameiro "a fim de que por elas pudessem se retirassem as famílias e os que não quisessem resistir". Numa nota seguinte, o autor revela que "a ordem não foi cumprida" pelos invasores (1938:102)

Ainda sobre a acusação de que as tropas que saíram do Juazeiro para depor o governo Rabelo eram compostas de jagunços a mando do Padre Cícero, esta afirmativa expressa uma boa dosagem de confusão. Equívoco que se baseia em imprecisões, tanto sobre quem exercia o comando das operações bélicas, quanto sobre a composição das tropas, não percebendo a heterogeneidade deste agrupamento, integrado por jagunços e "cabras" a soldo dos coronéis do Cariri de um lado, e de outro pelos romeiros do "padim".

O texto de Rodolpho Theophilo reflete esta imprecisão, quando sugere certa permeabilidade entre as duas nomenclaturas: jagunços e romeiros, ambas convergindo para a liderança do padre Cícero. Fala do exército dos "jagunços" arruaceiros na capital que "andavam em grupos vestidos de riscado azul, medalha do Padre Cícero ao pescoço e comprido punhal à cinta" e que "só obedeciam o padim Ciço", (1922: 205). Ao ironizar o frouxo policiamento que a interventoria federal mantenedora da ordem pública, deveria fazer frente às ações violentas e depredações das tropas de ocupação dos coronéis do Cariri em Fortaleza, Theophilo se refere à "índole pacata dos romeiros do Pe.Cícero e de sua disciplina" (1922:209). De maneira geral comenta que os "jagunços, raro dia não matavam gente" (1922:239). Fala dos "400 jagunços que se vestiam e alimentavam à custa dos cofres estadões" (1922:206). Denuncia ainda o autor na sua obra: "bastava uma creança chamal-os de jagunço para ser esbordoada" (205), e que conseqüentemente, os cidadãos de Fortaleza paulatinamente 'foram se indignando com os absurdos dos 'romeiros'" (1922:205).

Também Irineu Pinheiro retoma a confusão quando se refere apenas a um segmento das tropas, ao dizer: "quando partiram os romeiros para o ataque ao Crato" (1938: 104). Entretanto ele registra o encontro com os "famigerados chefes de grupos (...) os irmãos Pedro e Chiquinha", comandantes da tomada do Crato, que evidentemente não eram romeiros e sim cangaceiros.

Também em outros trabalhos (1994, 2004, 2014) procurei me pronunciar sobre a questão, buscando estabelecer no exército rebelde que defendeu o Juazeiro e de lá saiu para derrubar do poder o Presidente Rabelo, "uma distinção necessária entre o jagunço e o romeiro"(241-246).

Compunham o exército da revolta do Juazeiro, de um lado, capangas assalariados e bandidos avulsos que alugavam seus préstimos aos coronéis aciolistas e marretas que acorreram ao Juazeiro para deflagrar a revolta, e de outro, romeiros, trabalhadores rurais, pequenos proprietários, meeiros ou artesãos que viviam na vila e eram devotos religiosos do Padre Cícero. Os primeiros tinham como interesse principal a pilhagem, mas os segundos respeitavam os conselhos do *padim* de "não bulir com o alheio". Dois exemplos paradigmáticos destes dois extratos foram Zé Pinheiro, jagunço, e Quintino Feitosa, romeiro, ambos comandantes de coluna no exército rebelde. Mais tarde o primeiro assassinará covardemente o segundo (Camurça, 2014:309-310).

Pinheiro também registra no seu livro o assassinato de Quintino Feitosa pelo bando do jagunço Zé Pinheiro ("evadido da cadeia do Crato" por ação dos rebeldes) e um dos comandantes do exército rebelde do Cariri na batalha de Miguel Calmon que resultou na morte do capitão J. da Penha, último comandante das forças rabelistas (1938: 143).

Embora com toda uma visão que insiste em culpabilizar especialmente o Padre Cícero pelas violências e saques perpetrados pelos jagunços, parece partir de Rodolpho Theophilo uma intuição que ajuda pensar a diferenciação entre jagunço e romeiro nas hostes do Juazeiro. Ao falar das superstições religiosas dos romeiros em relação ao seu "corpo fechado" às balas inimigas, ele assim se refere ao exército do Juazeiro: "Se os romeiros eram assim, que dizer dos assassinos refugiados em Joazeiro? (...) matadores, inveterados ao crime". Neste trecho de Theophilo parece haver uma nítida distinção entre os dois grupos.

c. Narrativas enquanto expressões da sociedade política oligárquica da República Velha

No caso de Rodolpho Theophilo, seu livro é um eloquente documentário das pressões inconstitucionais através das quais o Governo Federal vai minando o governo Rabelo no Ceará até destituí-lo através do Estado de Sítio e Intervenção Federal.

Fica esclarecido nas páginas de "A sedição do Joazeiro" o artifício dos conspiradores de convocar a antiga Assembleia Estadual do governo Accioly para reunir-se em Juazeiro no final de 1913, elegendo um governo provisório comandado por Floro Bartolomeu (com isto, não reconhecendo a nova assembleia eleita e o governo eleito de Rabelo, já em exercício há dois anos). Desta forma deram início à rebelião e forçaram uma "dualidade de poderes" que permitiu a intervenção do governo federal para destituição deste governo. Esta estratégia foi considerada por Theophilo "uma farça inventada pelo govêrno federal" (1922: 159), pois secundada em "uma assembléia que nunca existiu" (1022:49)[4].

Theophilo ainda argumenta que a justificativa para a destituição do governo Rabelo era a de que este não conseguiu manter a ordem no estado, mas o que ocorreu após sua deposição foi que "a anarchia continuava, peor ainda" na capital e nas cidades tomadas pelos revoltosos. (1922:169). E aí ele arrola uma série de violências, assassinatos, depredações e saques cometidos pelos jagunços das tropas do Cariri nas cidades por onde passaram: Crato (1922: 90,91), Barbalha (1922:92), Iguatu (1922:111), Quixeramobim (1922:119), Quixadá (1922:122), Baturité (1922:127), Redenção (1922:127) Pacatuba (1922:128), Damas (1922:169); assim como em Fortaleza (1922: 169-254).

Na obra de Irineu Pinheiro há um silêncio revelador sobre os eventos dos saques e depredações promovidas pelas tropas dos coronéis aciolistas--marretas na sua trajetória do Cariri até Fortaleza em fins de 1913, início de 1914[5]. Em um dos poucos trechos Pinheiro chega a negá-los quando

[4] O interessante é que de forma similar, Irineu Pinheiro aponta que o governo estadual rabelista agiu também da mesma forma, não tendo a imparcialidade de reconhecer a legitimidade do prefeito Cel. Antonio Luiz, do Crato, na sua disputa eleitoral pelo comando local da política com outro chefe político rabelista (Cel. José de Brito). E para tal, estimulou um "golpe de força" em julho de 1912, que levou este adversário "apoderar-se à mão armada da prefeitura local" para "imediatamente" o governo estadual "homologar" o novo poder local (1938:44).

[5] Ao contrário da análise de Rodolpho Theophilo para a insurreição popular em Fortaleza,

afirma, com relação à invasão do Crato, que num "momento anormalíssimo" que se inclinava "para a desordem, a violência" prevaleceu pelo comando dos chefes revoltosos, "relativa disciplina entre aquelas turbas" (1938:93). Também afirma eufemisticamente num trecho que "ficou resolvido o problema angustiosíssimo da falta de víveres" do exército rebelde "diante dos "abundantes depósitos de gêneros alimentícios na(s) cidade(s) e nos sítios" (1938:113).

Nenhum comentário de Pinheiro sobre os "impostos de guerra", dos saques de mercadorias, gado e cavalos, questão reconhecida na narrativa da memorialista juazeiriense Amália Xavier: "Enquanto o padre Cícero insistia em dizer "respeitem o que é alheio, tirem só o que precisarem para matar a fome", o Dr. Floro não se cansava de classificar como 'escrúpulos infantis` e dizia 'o vencedor tem direito ao que é do vencido'" (Oliveira, 1969:166).

No fundo, a questão que se depreende destas duas narrativas é o funcionamento do sistema oligárquico da República Velha no Brasil, onde não são respeitadas eleições, a legalidade democrática para alternância do poder (local, estadual). Uma vez uma facção política no poder, esta procura se perpetuar pelo uso da força de milícias armadas e a facção opositora só pode ascender ao poder também pelo uso da força.

d. Um discurso elitista em ambos autores sobre os setores populares

Importante também salientar um caráter elitista do ponto de vista sócio-cultural que atravessa as análises de ambos os cronistas no tratamento dos setores populares sertanejos e urbanos.

É curioso o epíteto "fanatismo" empregado por cada autor para desqualificar o adversário no que diz respeito a seus seguidores: Theophilo diz "Joazeiro, terra dominada pelo mais grosseiro fanatismo" (1922:30). E Pinheiro afirma que em Fortaleza "grande parte da população, [estava] possuída de uma exaltação política que atingia as raias do fanatismo" (1938:90).

Theophilo diz que os seguidores do Padre Cícero não temiam a morte porque o padre "os havia convencido que as balas não entrariam no

que em 1911 derrubou a oligarquia Acioly. Neste caso este autor, reconheceu a violência desregrada dos setores populares contra as propriedades e pessoa física dos líderes aciolistas e marretas, mas também a impossibilidade do partido rabelista contê-la.

seu corpo, e que, caso entrassem, ressuscitariam no Joazeiro" (1922: 60). Já Pinheiro fala da "fôrça moral, psíquica [do padre] sôbre a conciência religiosa das multidões sertanejas incultas e superticiosas" (1938:55).

Quando Theophilo for fazer a denúncia dos atos violentos dos jagunços dos coronéis do Cariri em Fortaleza conquistada e sob intervenção federal, vai embutir na sua crítica concepções de forte conteúdo discriminatório e elitista:

Assim ele define os jagunços: "Sinistras e grotescas eram as figuras dos bandidos (...). Na maioria eram mais antipathicas, mais repellentes, mais sujas" (1922:122); "sujos e esqualidos, alguns maltrapilhos, todos repellentes, e enfeitados com laços vermelhos, grandes punhaes (...) medalha do Pe. Cícero (...) armados de carabinas (...) Podia-se, pelo trajo, avaliar não só sua posição, mas sua moral (...) Eram verdadeiras bestas"(1922: 203).

Por sua vez, Pinheiro, nas considerações finais do livro e projeções do episódio da "guerra de 1914" para conjunturas futuras, ao tratar da experiência do Beato Zé Lourenço e a comunidade do Caldeirão, vai dizer que, "à maneira de um câncer, ou de um polipo ramificava-se o arraial do Caldeirão" (1938:134). Embora reconhecendo que o trabalho destes agentes havia transformado "terra sáfara, pedregosa, inculta", conclui que "desviado das normas porque se regem as sociedades civilizadas, constitui-se o beato elemento pertubador da ordem pública" (1938: 134).

Conclusão

Embora circunscritas pela visão de mundo dos intelectuais da época, as duas narrativas em apreço, se revelam notáveis, por cobrir no dia a dia dos eventos uma riqueza de detalhes dos personagens e dos acontecimentos nos seus meandros. Se olhadas comparativamente - a despeito de suas visões diametralmente opostas quanto aos fatos narrados - podem ser complementares uma da outra, numa síntese que recolha e elimine as melhores e piores análises de cada uma.

Um olhar crítico e uma análise de discurso aplicado a estes relatos históricos enquanto produção da "autoridade" do analista, "porque esteve lá" (Clifford,1998:17-62) ou dos "efeitos de verdade" que podem produzir realidade através de uma retórica, na acepção que lhe deu Michel Foucault (1979), foi o que me estimulou a me distinguir dos dois autores clássicos:

Theóphilo e Pinheiro, e a produzir a minha própria versão da "guerra do Juazeiro" no livro "Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro" (1994). Mas isto já é outro capítulo, onde me junto a outras narrativas históricas contemporâneas (Della Cava, 1977; Barros, 1988) que procuraram produzir novas interpretações sobre o evento.

Referências Bibliográficas

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. *A terra da Mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CAMURÇA, Marcelo. *Marretas, Molambudos e Rabelistas. A Revolta de 1914 no Juazeiro***.** São Paulo. Editora Maltese. 1994.

_____. "Padre Cícero: entre a política e a religião popular". In *Anais do III Simpósio Internacional Pe. Cícero do Juazeiro, e quem é ele?* Juazeiro: Editora do Banco do Nordeste, 2004, pp.132-136.

_____. "Um perfil do Padre Cícero a partir da antropologia da religião e da antropologia da política". In: Lea Carvalho Rodrigues e Isabelle Braz Peixoto da Silva (orgs). *Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico*. Fortaleza, ABA Publicações, 2014, pp.301-314.

CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade etnográfica". In: José Reginaldo Gonçalves (org.). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998, pp.17-62.

COSTA, Floro Bartolomeu. *Juazeiro e o Padre Cícero***.** Depoimento para a História. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MATTOS, Celso Gomes de. "Padre Cícero, o incompreendido". *Revista Itaytera*, 1955.

OLIVEIRA, Amália Xavier. *O Padre Cícero que eu conheci***.** (Verdadeira História do Juazeiro) Rio de Janeiro, s/s, 1969.

PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Rio de Janeiro, Ed. Irmãos Pongetti, 1938.

THEOPHILO, Rodolpho. *A sedição do Joazeiro*. São Paulo: Monteiro Lobato & Editores, 1922.